

O PAPEL DO PROFESSOR DIANTE DAS DIVERSIDADES E DAS SINGULARIDADES DOS DISCENTES VIVENCIADAS EM SALA DE AULA

Abelardo Alves Pereira¹
Elisângela Lucas Teixeira²

RESUMO

Objetivos: Este artigo tem como objetivo promover reflexões acerca da diversidade na sala de aula, fenômeno que se intensificou nas últimas décadas. Dessa forma, buscou-se analisar algumas das diversidades presentes no ambiente escolar, bem como, compreender de que maneira as instituições e os professores têm atuado diante desse cenário e da necessidade de inclusão desses alunos.

Métodos: O método científico adotado neste artigo foi o bibliográfico, associado a uma revisão de literatura. Procurou-se validar e enriquecer as reflexões apresentadas com embasamento em uma ampla seleção de produções científicas e acadêmicas. Dessa forma, são expostos conhecimentos, questionamentos e posicionamentos de vários autores acerca do tema da diversidade e da inclusão na escola.

Conclusões: Diante de todos os fatos apresentados, pode-se afirmar que a sala de aula tornou-se um ambiente menos hegemônico e mais diverso. Nesse contexto, as escolas devem estar preparadas para lidar com as diferenças existentes entre os estudantes. Além disso, é essencial que os professores estejam capacitados para atuar de forma integrativa, adotando metodologias adequadas a cada situação, e que as famílias cumpram também seu papel educativo.

Contribuições Teóricas: Compreender algumas das faces da diversidade que os alunos podem manifestar em sala de aula e investigar o fenômeno da inclusão no ambiente escolar. A partir disso, busca-se explorar as repercussões relacionadas à diversidade no contexto educativo, apontar caminhos para garantir o respeito às diferenças e indicar ações necessárias para promover uma inclusão adequada.

Palavras-Chave: Diversidade. Inclusão. Sala de aula. Escola. Professor.

Editor Científico: Rebeca Pizza Pancotte Darius
Editor Adjunto: Jurany Leite Rueda
Organização Comitê Científico
Double Blind Review pelo SEER/OJS
Recebido em 23.05.2025
Aprovado em 03.07.2025

ALVES PEREIRA, A.; LUCAS TEIXEIRA, E. O Papel do Professor Diante das Diversidades e Singularidades dos Discentes Vivenciadas em Sala de Aula. **Docent Discunt**, Engenheiro coelho (SP), v. 6, n. 00, p. e01963, 2025. DOI: <https://10.19141/2763-5163.docentdiscunt.v6.n00.pe01963>

¹Graduado em Direito pela Universidade Regional do Cariri - URCA, Crato, (Ceará) abelardoalvesbr@gmail.com
Orcid id: <https://orcid.org/0009-0003-0445-1108>

² Mestra em Educação pela Universidade Regional do Cariri - URCA, Crato, (Ceará). eli.urca@gmail.com



THE TEACHER'S ROLE IN THE FACE OF STUDENTS' DIVERSITIES AND SINGULARITIES EXPERIENCED IN THE CLASSROOM

ABSTRACT

Objectives: This article aims to promote reflections on diversity in the classroom, a phenomenon that has intensified in recent decades. Thus, it sought to analyze some of the diversities present in the school environment, as well as to understand how institutions and teachers have acted in the face of this scenario and the need for student inclusion.

Methods: The scientific method adopted in this article was bibliographic research, associated with a literature review. The aim was to validate and enrich the reflections presented, supported by a broad selection of scientific and academic works. In this way, knowledge, questions, and positions of various authors on the theme of diversity and inclusion in schools are presented.

Conclusions: Based on the facts presented, it can be stated that the classroom has become a less hegemonic and more diverse environment. In this context, schools must be prepared to deal with the differences among students. Furthermore, it is essential that teachers be trained to act in an integrative manner, adopting methodologies appropriate to each situation, and that families also fulfill their educational role.

Theoretical Contributions: To understand some of the aspects of diversity that students may manifest in the classroom and to investigate the phenomenon of inclusion in the school environment. From this perspective, the study seeks to explore the repercussions of diversity in the educational context, point out ways to ensure respect for differences, and indicate necessary actions to promote proper inclusion.

Keywords: Diversity. Inclusion. Classroom. School. Teacher.

INTRODUÇÃO

A partir das últimas décadas do século XX, o panorama educacional evidencia que a sala de aula tornou-se um espaço marcado por ampla diversidade entre os alunos. Se, no passado, predominou a hegemonia de determinados grupos, atualmente observa-se um ambiente permeado pela pluralidade. Esse cenário sinaliza a necessidade de que escolas e professores estejam preparados para essa nova realidade, pautada pela inclusão, pelo respeito e pelo acolhimento.

A sociedade do século XX foi marcada por preconceito e por exclusão de muitos grupos sociais, sendo o próprio acesso à educação um direito restrito a muitos. Com

o passar dos anos, inúmeras lutas sociais, como a mobilização de pais de crianças atípicas, possibilitaram que pessoas antes segregadas alcançassem esse direito, transformando o ambiente escolar em um espaço de pluralidade. Dessa forma, as instituições de ensino passaram a reunir sujeitos com características e peculiaridades singulares, o que constitui um grande desafio para todos os envolvidos, principalmente, para os professores.

A escola e a sala de aula passaram a refletir a diversidade do ser humano, reunindo alunos com diferentes características, não apenas físicas, mas também comportamentais, influenciadas pela cultura transmitida de geração em geração. Soma-se a isso a presença de traços étnicos que evidenciam processo de miscigenação ou revelam a ancestralidade, ainda fortemente presente na permanência de hábitos ou costumes de seu povo. Além disso, estudantes não neurotípicos ou com alguma limitação física também passaram a estar presentes na sala de aula, contribuindo para singularidade de cada indivíduo.

Diante dessa nova realidade, surgem questionamentos sobre como a escola e os professores têm lidado com essa diversidade, seus reflexos no cotidiano escolar, e os desafios para a construção de uma convivência pacífica dentro e fora da sala de aula. Busca-se, ainda, compreender o papel da escola na formação cidadã e no enfrentamento da violência e da discriminação no ambiente escolar e em seu entorno.

OS REFLEXOS DA EVOLUÇÃO SOCIAL NO COTIDIANO ESCOLAR

Os avanços tecnológicos dos últimos anos refletiram diretamente no atual estado da sociedade, marcada por uma maior proximidade entre os povos. Com a intensificação da circulação de pessoas e de informação, o mundo tornou-se menos enigmático e a convivência social passou a ser um espaço de maior integração entre as pessoas. De acordo com Bavaresco e Silva (2018, p. 158), “entende-se por globalização os processos atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras, conectando e integrando comunidades e organizações em novas relações de espaço-tempo”.

Apesar do contato entre diferentes povos ser algo benéfico, o choque cultural entre pessoas totalmente opostas pode acarretar situações conflituosas. Segundo Barboza (2021), o ato de sentir medo diante de uma cultura diferente ou que adota

um determinado comportamento que não se compreende sempre esteve presente na história da humanidade. Em diferentes períodos e regiões do mundo, há registros de mitos e maldições associados a culturas diferentes, assim como inúmeros conflitos e guerras motivados pelo temor e pela não aceitação da cultura do “outro”.

Em uma sala de aula, o choque cultural também pode acontecer, envolvendo crianças e jovens que, apesar de terem idade semelhante e residirem na mesma localidade, possuem inúmeras diferenças, pois cada um reflete traços de sua etnia e de sua cultura. Por estarem em processo de formação, as crianças tendem a espelhar-se em seus pais, assimilando comportamentos e costumes da cultura do lar onde vivem.

Segundo Szymanski (2004), o processo de socialização acontece no convívio familiar por meio das práticas educativas, voltadas à transmissão de hábitos, valores, crenças e conhecimentos. Os pais repassam esses conhecimentos aos filhos por acreditarem perpetuar algo que será útil para inserção na sociedade. Tais aprendizados constituem um agir construído pela imitação, que tende a reproduzir os padrões vivenciados pelos pais em suas famílias de origem. Conseqüentemente, mantém-se, de certo modo, um conjunto específico de crenças em cada núcleo familiar.

Assim, as crianças ao absorverem a cultura de sua família, tendem a considerá-la como a forma correta de ver e viver a vida, de tal forma que, mesmo fora do lar, essa herança cultural tende a manifestar-se no meio social. Nesse contexto, apesar de todas as padronizações existentes no ambiente escolar, como uso do fardamento, os discentes em algum momento expressam parte de sua individualidade. Esse movimento pode ocorrer na utilização de algum adereço pessoal, em determinados comportamentos durante atividades escolares ou mesmo em situações cotidianas como uma refeição.

Acerca desse assunto, Goldfarb e Lima (2023), ao tratarem do *Hijab*³, demonstraram que ele é muito mais que um “pano na cabeça”. Em estudo etnográfico realizado por meio de entrevistas, as autoras identificaram que o uso do véu está ligado à fé e à aceitação do Islã por uma mulher que se converteu à religião. Nesse sentido, o véu torna-se um elemento essencial de identificação com um credo

³ *Hijab* é o nome dado ao véu utilizado na cabeça por mulheres pertencentes a religião islâmica. De acordo com as pesquisadoras Goldfarb e Lima (2023) o uso deste adereço de algo extremamente importante para as integrantes dessa religião.

e uma cultura, além de representar um sinal de obediência à divindade. Usá-lo, portanto, representa acima de tudo um ato de fé.

Convergindo com esse posicionamento, Neto (2022), ao vislumbrar acerca da religião judaica, explica o significado e a história de alguns dos seus símbolos como a *Quipá*, espécie de chapéu utilizada pelos homens judeus como sinal de reverência e submissão a sua divindade. O autor concluiu que tais elementos desempenham um papel essencial na composição da identidade do povo judeu, representando aspectos inerentes à sua história e à sua fé, bem como traços peculiares de sua etnia.

Por sua vez, Vieira (2017), em sua pesquisa, expõe que alguns professores proíbem alunos de utilizarem objetos de culto de matriz africana no ambiente escolar, havendo, inclusive, casos em que esses estudantes são discriminados por portarem tais símbolos de fé. Configura-se, assim, o vilipêndio de objetos de culto religioso afro-brasileiro dentro da escola, por parte dos próprios professores que agem com intolerância. Enquanto para uns esses objetos podem ser vistos apenas como elementos estéticos, para seus detentores possuem profundo significado religioso. O autor questiona, ainda, o fato de que, ao mesmo tempo em que os elementos de matriz africana são desrespeitados no ambiente acadêmico, o crucifixo cristão é aceito e respeitado.

Acerca das religiões, Silva, Estrela e Miranda (2022) destacam que o Brasil possui uma diversidade cultural bastante expressiva, a qual se manifesta, de modo previsível, na religiosidade de seu povo. Tal característica revela-se benéfica para o ambiente acadêmico, pois possibilita a intersecção entre cultura, fé e formação cidadã, a partir das visões religiosas dos alunos. Além disso, a religião pode atuar como mediadora no reconhecimento da diversidade na esfera cultural, evidenciando a necessidade de uma postura que dê voz às diversas manifestações religiosas.

Ademais, Melo e Demekhin (2022), ao abordarem a relação entre a religião e a alimentação, expõem que algumas religiões podem levar à prática de uma dieta vegetariana ou crudista. Enquanto outras proíbem determinadas fontes de proteína animal, misturas de certos ingredientes, maneiras de plantar e armazenar alimentos e até mesmo a forma de abater e criar animais para consumo. Concluem que o alimento é um símbolo dentro de cada religião, delineando novos hábitos alimentares por meio de permissões e proibições. Uma determinada alimentação pode, assim,

fazer parte de um ritual, representar uma prática de limpeza espiritual, simbolizar resiliência ou respeito, ou ainda, constituir elo de união entre os praticantes.

Assim, é plenamente plausível considerar que, no ambiente acadêmico, pessoas de diferentes culturas, crenças e posicionamentos convivam na mesma turma. Diante disso, as instituições de ensino devem estar preparadas para atender a esses alunos, que podem necessitar de um tratamento especial, de forma que todos se sintam incluídos no ambiente acadêmico. Ademais, a inclusão também envolve ter o direito de utilizar determinados elementos religiosos ou de receber uma alimentação compatível com suas crenças. Entretanto, mesmo que tal alimentação seja ofertada, há a possibilidade de os estudantes e os demais colegas estranharem ou até mesmo repudiarem essa diferença o que pode gerar situações de discriminação.

Discriminação essa que, segundo Ferreira (2009), também é vivenciada cotidianamente por crianças e jovens com deficiência no ambiente escolar. O autor explica que ela pode se manifestar de forma visível quando uma pessoa é impedida de entrar em determinado espaço ou de maneira velada, quando lhe são atribuídas tarefas sob a justificativa de incapacidade, o que gera prejuízos sociais e de aprendizagem. Assim, ainda que os dados apontem aumento no número de matrículas de pessoas com deficiência, as condições educacionais se mantêm desiguais, comprometendo, por conseguinte, o seu sucesso escolar.

Acerca desse assunto, De Carvalho *et al.* (2023) esclarecem que mudanças nas legislações permitiram que as Pessoas com Deficiência (PcD) passassem a ter acesso a inúmeros direitos, como a educação inclusiva. Em paralelo, houve avanços no tratamento das pessoas com transtornos mentais, conseqüentemente essas mudanças permitiram sua maior integração na sociedade, e combate a estereótipos de incapacidade desse público.

Somando a esse diálogo, Kubaski e Moraes (2009) explicam que, por muito tempo, a escola ignorou as especificidades dos alunos surdos, tratando-se da mesma forma que os ouvintes. Essa postura resultou em prejuízos significativos como restrições de vocabulário e dificuldades de uso efetivo da língua. Nessa mesma linha, Pereira (2011) afirma que em seu trabalho as escolas insistiam na oralidade, recorrendo à leitura orofacial, dedicando grande parte do tempo a treinamento auditivo e de fala. Seus estudos evidenciam o uso de frases estereotipadas utilizadas de forma mecânica pelos alunos, que não chegavam a fazer uma reflexão sobre o seu

funcionamento o que gerava dificuldades na atribuição de sentido à leitura e na produção da escrita em nível satisfatório. Dessa forma, muitos alunos surdos, eram representados como incapazes em razão de sua condição. Ademais, Vieira *et al.* (2023) trazem contribuições relevantes ao discutir a inclusão de crianças com transtorno do *Déficit* de atenção (TDA), associado à hiperatividade (TDAH) e Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os autores destacam que, embora haja esforços crescentes em diversos países, incluindo o Brasil, para promover a inclusão desses estudantes, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que se alcance, de fato, uma inclusão plena.

Ótica semelhante a Simplício, Silva e Cunha (2023), que somam a esse debate as dificuldades de aprendizagem enfrentadas por crianças com Transtorno Desafiador de Oposição (TDO), Transtorno do Desenvolvimento Intelectual (TDI), e Síndrome de Down (SD). Os autores destacam que tais dificuldades não estão apenas relacionadas a questões de cognição e que as práticas pedagógicas devem estar alinhadas às necessidades essenciais dos alunos. No mesmo posicionamento, Crochík e Dias (2023), ao tratarem da inclusão, explicam que a diversidade exige o estabelecimento de uma nova experiência, sobretudo diante da presença de alunos em situação vulnerabilidade socioeconômica, oriundos de grupos étnicos minoritários, com comportamentos não habituais e dificuldades de aprendizado.

Todas essas perspectivas abordadas expõem que o ser humano possui diferenças entre si, de forma que cada aluno possui uma realidade, que não deve ser ignorada durante a prática pedagógica. Especialmente em relação às diferenças culturais, visto que a cultura não se desvincula de seu detentor em momento algum, de tal forma, que cada prática realizada ou não, possui um íntimo significado para seu praticante.

Outrossim, o ambiente acadêmico tornou-se menos padronizado, algo favorecido pela integração massiva que ocorre em consequência da globalização, bem como pela sociedade que está tornando-se mais inclusiva. Esse último fenômeno permitiu que pessoas antes excluídas em razão de alguma condição física ou neurológica, também tivessem acesso à sala de aula. Consequentemente, as especificidades de cada aluno exigem atenção por parte da escola e dos professores, uma vez que cada aluno necessita de uma atenção especial para garantir seu aprendizado e seu acolhimento no ambiente acadêmico.

A REALIDADE DA INCLUSÃO DOS ALUNOS NO PROCESSO EDUCACIONAL

Acerca da diversidade, Neta *et al.* (2024) explicam que lutas de ordem educacional, social e política contra a exclusão foram determinantes para garantir a conquista e a efetivação de direitos, como o ingresso em escolas, a disponibilização de recursos e o atendimento especializado. Ressalta-se, assim, a responsabilidade da escola em inserir os alunos que necessitam de apoio para inclusão, uma vez que é nesse espaço que ocorre o primeiro contato com diferentes culturas, costumes e raças. Trata-se de um direito de o estudante usufruir e participar desse processo de socialização, em consonância com a Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, e com o Decreto nº 6.571 de 2008, dispositivos que reforçam a obrigação das redes de ensino de matricular todos os alunos, assegurando-lhes, ainda, uma estrutura especializada voltadas às suas especificidades.

Por sua vez, Mefano, Lopes e Vermelho (2023) *apud* Crochick (2018), destacam que a escola e, principalmente, seu currículo são meios de expressão dos valores da sociedade. Dessa forma, a inclusão escolar na contemporaneidade não se restringe a grupos ou pessoas com deficiência, mas abrange a todos, contemplando a diversidade de corpos, raças, etnias, sexos, nacionalidades, gêneros, imigrantes e indivíduos em condições socioeconômicas desfavoráveis.

Outrossim, Neta *et al.* (2024), ao tratarem da origem desse fenômeno, explicam que a educação inclusiva está diretamente relacionada à persistência e à luta dos pais em garantir a inserção de seus filhos com necessidades específicas. Assim, detalham que esse movimento começa a ganhar força com a Constituição Federal do Brasil de 1988 e a Declaração de Salamanca (1994) que influenciaram diretamente a elaboração de políticas públicas. Tais documentos junto à Política Nacional de Educação Especial foram determinantes para o combate à discriminação e à orientação da inclusão no ensino regular. Desse modo, as escolas passaram a estar vinculadas ao respeito às diferenças dos alunos, conforme previsto no artigo 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394.96), assegurando a disponibilização de todos os recursos necessários para melhor atender às necessidades de cada criança.

Contudo, segundo Rios e Novaes (2009), seus estudos revelaram que os professores perceberam que não recebiam por parte da escola o apoio necessário

para a inclusão dos alunos que demandam atenção especial, nem mesmo em relação ao planejamento pedagógico. A partir dos discursos analisados, observou-se que a escola não efetiva, de fato, a proposta de inclusão no ambiente acadêmico, restringindo esse ideal apenas ao ato de matricular tais estudantes.

Esse fenômeno também foi criticado por Meneses *et al.* (2024), ao destacarem que a educação inclusiva não se limita à simples aceitação, no ambiente acadêmico, de alunos que demandam inclusão. Isso porque tal prática pode resultar em uma integração discriminatória no cotidiano escolar. Os autores denunciam que, às vezes, as escolas fazem isso apenas para atender aos preceitos legais, desconsiderando as diferenças e especificidades de cada estudante, o que impede sua participação efetiva no contexto escolar como um todo.

As dificuldades de implementação da educação inclusiva são reforçadas e detalhadas por Lopes (2025, p.278), ao afirmar que “um dos principais obstáculos é a barreira atitudinal, que envolve preconceitos e falta de preparo dos profissionais da educação para lidar com a diversidade”. Além disso, o autor também destaca falta de recursos e de infraestrutura adequada, em razão de muitas escolas não possuírem acessibilidade física, materiais didáticos adaptados ou profissionais especializados. Soma-se a isso, a necessidade de adaptação dos currículos escolares, que precisam ser suficientemente flexíveis para atender às necessidades de todos os alunos, sem excluir ninguém.

Outrossim, Kubaski e Moraes (2009), ao tratarem da inclusão de crianças surdas, explicam que há uma dualidade no meio social. De um lado, estão aqueles que consideram a escola especial como segregadora, por contribuir para o isolamento dos alunos; de outro, os que a veem como forma de valorização da comunidade, sendo enaltecida por enfatizar o desenvolvimento cognitivo. Ressaltando que, independentemente do espaço em que a criança esteja inserida, é fundamental o trabalho com as duas línguas, aliado a uma atenção específica, voltada a promover seu pleno desenvolvimento.

Crochík e Dias (2023) convergem com os autores anteriores ao argumentarem que a educação especial se opõe à concepção de educação inclusiva. Para que haja, de fato, inclusão, o aluno deve integrar a classe, para atuar e aprender junto aos seus colegas e não com procedimentos paralelos. Os autores discordam, assim, de que as salas de reforço sejam destinadas exclusivamente a estudantes em situação

de inclusão, defendendo que sejam voltadas a todos que apresentem dificuldades. Nessa perspectiva, ressaltam que as escolas precisam se transformar para atender à diversidade que a inclusão exige, de tal forma que tais alterações devem ser voltadas para atender a todos.

Nessa seara, Briant e Oliver (2012) explicam que a utilização de estratégias pedagógicas diferenciadas constitui uma vertente que permite a equiparação dos alunos que possuem alguma condição especial. Para tanto, ressaltam que os professores, antes de implementarem tais estratégias, devem ter em mente que todos os alunos são capazes de aprender, para que assim ocorra a construção de uma educação de qualidade para todos os envolvidos.

De forma semelhante, Vieira (2017) afirma que a escola é privilegiada por abrigar uma grande diversidade, de tal maneira que cada aluno representa um universo que precisa ser respeitado, ouvido, acolhido e educado. Todavia, observa-se que a própria instituição ignora essa diversidade, especialmente no ensino das identidades particulares. Seu estudo evidencia a persistência de práticas eurocêntricas e de proselitismo religioso no espaço escolar, ao constatar que muitos professores subvertem ou omitem elementos da cultura afro-brasileira.

Esse problema também foi discutido por Lima e Oliveira (2025), ao ressaltarem que o racismo contra negros e mestiços em sala de aula, remetem às origens coloniais que, ainda, persistem nos dias de hoje. Os autores destacam a importância de promover esse debate no ambiente escolar, a fim de garantir o enfrentamento dessa mazela social, especialmente por meio de uma educação étnico-racial. Tal perspectiva requer a descolonização do currículo, o que envolve não apenas a inclusão de autores(as) negros(as) e de outras etnias historicamente marginalizadas, mas também o reconhecimento e a valorização de diferentes epistemologias e experiências que, ao longo do tempo, foram negligenciadas ou subalternizadas.

Ademais, para Meneses *et al.* (2024), ao tratarem da violência no ambiente escolar, explicam que ela está diretamente relacionada ao preconceito, especialmente contra alunos em processo de inclusão. Tal violência manifesta-se pela incapacidade de um aluno ou um grupo de alunos, de aceitar e lidar com as diferenças, ainda que essas não representem uma ameaça, gerando exclusão e silenciamento no ambiente escolar. Dessa forma, no enfrentamento desse problema,

é necessário investigar as razões que levam o aluno preconceituoso ter atitudes discriminatórias e não responsabilizar as vítimas pelo fato de sofrerem o preconceito.

Detalhando essa temática, Brêtas e Moraes (2020) explicam que os dados coletados em seu estudo evidenciaram a presença de violência no âmbito escolar, manifestada tanto em atitudes preconceituosas quanto na prática de bullying. Os autores consideram o preconceito no ambiente escolar uma forma de violência institucional, na qual os adolescentes sofrem por serem alvo de discriminação. Esse preconceito está relacionado a julgamentos baseados na forma de se vestir, de falar, ou no fato de a pessoa possuir alguma deficiência, bem como em razão do gênero, da aparência física, da religião, da classe social, da sexualidade e da cor da pele.

Diante disso, Barboza (2021) ressalta que o papel da escola vai além de ensinar conteúdos, configurando-se também como espaço de formação cidadã. Nesse contexto, o ambiente acadêmico deve promover reflexões relacionadas aos problemas atuais na sociedade, tal como incentivo ao pensamento crítico relacionado ao desejo de mudanças. O autor expõe, ainda, que a omissão da escola e dos professores frente à discriminação, ao racismo e ao machismo os torna cúmplices na perpetuação dessas mazelas.

Por sua vez, Silva *et al.* (2022) reconhecem que inúmeras denominações religiosas coexistem e professam sua fé livremente em território brasileiro. De forma que, apesar dessa convivência ser pacífica, ela é marcada por momentos de conflito. Fato que ocorre ainda que o Brasil seja uma nação laica, que não apenas reconhece e respeita, mas também promove a diversidade de culturas, credos e raças. Assim, destaca-se que essa situação educacional e social no Estado brasileiro evidencia a necessidade de promoção de um novo tipo de cidadania, que crie espaços onde aconteça a luta contra a (in)diferença.

Outrossim, Moreira (2024), explica que o texto constitucional estabelece o compromisso de eliminar práticas discriminatórias que impedem a inclusão de grupos historicamente marginalizados. Diante disso, o engajamento na construção de uma sociedade justa deve ser sustentado por agentes públicos e privados, que precisam estar cientes dos diversos fatores sociais que contribuem para a reprodução de mecanismos discriminatórios. O autor destaca a importância da defesa do igualitarismo como base para consolidação de uma sociedade democrática, na qual todas as pessoas tenham oportunidades semelhantes de desenvolvimento. Para tanto,

apresenta o conceito de letramento social, entendido como uma educação voltada à democracia e à defesa de direitos para todos os grupos sociais. Nesse contexto, ser racialmente letrado significa estar ciente da lógica democrática, dos propósitos dos direitos fundamentais e dos objetivos políticos estabelecidos pelo texto constitucional

O PAPEL DE CADA ATOR SOCIAL NA BUSCA POR INCLUSÃO

Diante de todas essas questões, observa-se que a inclusão escolar não ocorre de maneira satisfatória, visto que a comunidade acadêmica não consegue acolher os alunos de forma efetivamente inclusiva, tampouco respeitar e valorizar suas diferenças. Assim, a escola deixa de cumprir sua função e, em muitos casos, transforma-se em um ambiente angustiante para aqueles em processo de inclusão, que não se sentem integrados à sala de aula, enfrentam dificuldades de aprendizado e, além disso, tornam-se vítimas de preconceito, discriminação e violência no espaço escolar.

Ao explicar acerca da valorização da singularidade de cada aluno, Neta *et al.* (2024) destacam que o desenvolvimento infantil não é um processo mecânico ou meramente espelhado, mas sim dinâmico e integrado, envolvendo aspectos como a cultura, o meio em que está inserida, a cognição e a sua maturação. Nesse sentido, ressalta-se a relevância do lúdico na educação infantil, uma vez que, por meio dessa abordagem, o aluno atribui significado a sua realidade.

De acordo com Imbernón (2022), ao tratar da formação permanente dos professores, uma formação voltada para um pensamento educativo único, prejudica a descoberta de outras maneiras de compreender a educação por diferentes perspectivas e de interpretar a realidade de maneira mais ampla. Assim, a educação e a formação dos professores devem romper com essa forma de pensar que analisa o progresso e a educação de um modo linear, pois tal perspectiva não permite a integração de outras formas de aprendizagem, de organização e de ensino. Tampouco favorece o reconhecimento de outras identidades sociais, outras manifestações culturais e atenção às outras vozes, marginalizadas ou não. Assim, diante de uma crise institucional na formação dos professores, faz-se necessária uma

nova forma de conceber a educação, a formação e os papéis tanto do professor quanto do aluno.

Acerca da educação inclusiva, Lopes (2025) explica que há fundamentos para considerá-la viável e benéfica a todos os alunos, especialmente por meio da adoção de uma metodologia de ensino colaborativo, da educação por projetos e do uso de tecnologias. O autor ressalta, ainda, que a inclusão não se limita a adaptações físicas, mas exige a construção de um ambiente acolhedor com estratégias pedagógicas capazes de atender as necessidades individuais de cada aluno. Por fim, destaca a importância de um currículo flexível e de atividades integradoras, de modo a assegurar a efetivação bem-sucedida da educação inclusiva.

Por sua vez, Briant e Oliver (2012) destacam a importância da reconstrução do saber escolar e da formação docente em um cenário social marcado pela multiculturalidade. Nessa perspectiva, a formação deve preparar o professor para lidar com a diversidade em sentido amplo, ouvindo, acolhendo e respeitando o diferente. Desse modo, impõe-se o desafio de formar educadores a partir de múltiplos conhecimentos adquiridos, possibilitando-lhes interpretar a realidade da qual fazem parte com uma postura crítica e construtiva.

De acordo com Vieira (2017), diante da incapacidade de a escola lidar com a diversidade, o ensino mostra-se limitado em relação às perspectivas abordadas. Tal constatação é evidenciada, segundo o autor pelo tratamento preconceituoso e discriminatório sofrido por professores e alunos adeptos dos cultos afro-brasileiros, bem como pelo entrave no ensino da história e cultura africana frequentemente demonizadas. Essa conjuntura resulta em práticas como injúria qualificada por preconceito religioso, vilipêndio de objetos de culto religioso, cristianização forçada, e rejeição à cultura afro-brasileira.

Reforçando essa necessidade, Rios e Novaes (2009), a partir das entrevistas realizadas em seus estudos, observaram que muitos professores afirmaram não ter recebido, em sua formação o preparo para acolher alunos com necessidades especiais, percebendo, assim, a inclusão como uma obrigação. Dessa forma, buscavam conhecimentos e condições para garantir o processo inclusivo, reconhecendo a responsabilidade do professor nesse contexto. Contudo, manifestavam frustração por sentirem que não alcançariam resultados, em virtude de as escolas não oferecerem uma estrutura adequada para inclusão.

Outrossim, Brêtas e Moraes (2020) expuseram que o *bullying* envolve não apenas a intolerância e a dificuldade de lidar com o outro, mas também a disseminação de preconceitos no meio social o que acarreta à vítima maior risco de desenvolver transtornos emocionais, como ansiedade, depressão e distúrbios alimentares. Soma-se a isso o comprometimento do desempenho escolar e da aprendizagem que resulta em desconforto social e sofrimento psíquico. Em considerações finais, os autores defendem que, diante da gravidade desse problema, a educação constitui o caminho para solucioná-lo, cabendo à escola, segundo ambiente responsável pela socialização das crianças a fim de promover o respeito para todos.

Ademais, Patrício (2020), ao abordar o *bullying* e *cyberbullying*, considerou a família e a escola fundamentais no combate a essas formas de violência, destacando a importância de ambas na formação de crianças e jovens. No que se refere ao meio digital, ressalta-se a necessidade de orientar os estudantes a fazerem uso positivo, respeitoso e seguro das redes. Além dessas habilidades técnicas, enfatiza-se também a importância da formação voltada à aquisição de valores para vida em sociedade, à cidadania, ao senso de proteção coletiva e ao respeito às individualidades.

Por sua vez, Simpício, Silva e Cunha (2023) ao tratarem acerca das dificuldades de aprendizado em sala de aula, concluem que os professores devem refletir sobre a prática pedagógica, repensando metodologias, reconhecendo as especificidades de seus alunos, reorganizando o cronograma acadêmico e social, de modo a cumprir uma mediação adequada. Defendem, ainda, que a prática pedagógica esteja alinhada às necessidades e as singularidades de cada aluno, uma vez que pequenas mudanças podem ser determinantes no processo de ensino e aprendizagem.

Por fim, Vieira *et al.* (2023) destacam que a relevância de se incluir de forma efetiva o tema da inclusão no plano de aula dos professores, bem como enfatizam o papel essencial do trabalho em conjunto coletivo de toda equipe escolar para potencializar o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais. Sua pesquisa aponta que, para tornar as aulas mais agradáveis e produtivas, os profissionais que atuam com esses estudantes recorrem a duas estratégias principais: a primeira consiste em compreender as desavenças e as dificuldades apresentadas pelos alunos, analisando-as à luz das questões sociais que enfrentam;

a segunda, diretamente, relacionada à primeira, envolve o uso de materiais diferenciados, que possibilitam aos alunos romperem com a rotina e ampliem suas experiências educativas.

CONCLUSÃO

Face a todas as questões expostas, pode-se considerar que a sala de aula se tornou um ambiente amplamente diversificado, configurando-se como uma realidade cada vez mais presente no cotidiano escolar. Tal cenário decorre, especialmente, da globalização, que intensifica a circulação de pessoas, bem como avanços da inclusão social, os quais possibilitam que diferentes realidades convivam em uma mesma sala de aula.

Embora essa diversidade seja bastante benéfica, ainda se observa a existência de dificuldades no processo de inclusão, uma vez que o ambiente acadêmico, em muitos casos, mostra-se incapaz de acolher adequadamente os alunos que demandam inclusão. Esses estudantes, por sua vez, enfrentam obstáculos em seu processo de aprendizagem, além de situações de violência motivadas por preconceito, racismo e discriminação.

As peculiaridades que cada aluno possui não devem ser vistas como um obstáculo ou problema, mas como oportunidades de desconstruir preconceitos e combater a discriminação no espaço escolar. Essas mazelas, associadas à intolerância, ainda persistem na sociedade, apesar dos avanços sociais vividos nas últimas décadas. Por essa razão, o ambiente acadêmico deve promover a integração, incentivar o acolhimento e trabalhar a desconstrução de estereótipos e preconceitos, cultivando, em todos, o respeito às diferenças.

Diante disso, tornam-se necessárias modificações no currículo escolar a fim de permitir um ensino mais abrangente em relação às diversas perspectivas, combatendo a desinformação, os estereótipos, os preconceitos, as discriminações e as intolerâncias. Além disso, os aprendizados construídos em sala de aula devem formar cidadãos capazes de conviver em sociedade, respeitar as diferenças e engajar na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse sentido, a escola deve promover ações, disponibilizar meios materiais, e oferecer incentivos que viabilizem a inclusão de todos os estudantes,

especialmente no combate às formas de violência. Tal compromisso deve estender-se a toda a sociedade, com destaque para a participação da família, que exerce papel fundamental na formação dos indivíduos em conjunto com os professores.

No que se refere ao papel docente na garantia da inclusão, é imprescindível que os professores recebam formação adequada para lidar com a diversidade presente em sala de aula. Em sua missão pedagógica, precisam desenvolver competências necessárias que favoreçam a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Para tanto, é essencial que contem com formação continuada que lhes assegure domínio de metodologia, didática e tecnologias, possibilitando integrar todos os alunos e garantir-lhes pleno acesso ao aprendizado.

REFERÊNCIAS

BARBOZA, Maria Eduarda Martins. **O papel da educação no combate à desinformação, discriminação e xenofobia**. In: Enfoc - Encontro de Iniciação Científica e Fórum Científico, Seminário PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Anais...Curitiba (PR) UNINTER, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/ENFOCUNINTER2021/398016-O-PAPEL-DA-EDUCACAO-NO-COMBATE-A-DESINFORMACAO-DISCRIMINACAO-E-XENOFOBIA>. Acesso em: 19 jun. 2025.

BAVARESCO, Paulo Ricardo; SILVA, Giovana Maria Di Domenico. **Mundialização, individualismo e movimentos sociais: construção da cidadania planetária?** *Revista Alamedas*: e-ISSN 1981-025, v. 6, n. 2, p.156-170,2018.

Disponível em:

<https://e-revista.unioeste.br/index.php/alamedas/article/download/18265/12826/72537>

Acesso em: 20 mar. 2025.

BRÊTAS, José Roberto da Silva; MORAES, Silvia Piedade de. Preconceito e Bullying no Ambiente Escolar. *Revista Educação: UNG-Ser* - ISSN 1980-6469, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 147-157, 2020. DOI: 10.33947/1980-6469-v15n1-4015. Disponível em:

<https://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/view/4015> Acesso em: 20 mar. 2025.

BRIANT, Maria Emília Pires; OLIVER, Fátima Corrêa. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações.

Revista Brasileira de Educação Especial: v. 18, n. 1, p. 141-154, jan. 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbee/a/yCKYPwRPkTPPNQdGrvQZtBz/?f> Acesso em: 20 mar. 2025.

Crochík, José Leon; DIAS, Marian Ávila de Lima. **Educação inclusiva e o enfrentamento à violência** In: **Vulnerabilidades, resistências e inclusão**. In: Fidalgo, S. S.; Carvalho, M. F.; Cruz, F. M. (2023). *Vulnerabilidades, resistências e inclusão*. UNIFESP. DOI <https://doi.org/10.34024/9786585919081>. Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, livro eletrônico, PDF, v. 7, 1 ed., São Paulo, 2023. ISBN 978-65-85919-08-1

Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/0c370d4f-349c-4433-a7da-48f21a65c05a>

Acesso em: 20 mar. 2025.

DE CARVALHO, Pablo Velloso; DIAS, Kátia Arruda; LACERDA, Thiago Corrêa; CORREIA, Vanessa do Carmo. História da pessoa com deficiência e da evolução do entendimento dos transtornos mentais. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**: [S. l.], v. 16, n. 8, p. 13768-13787, 2023. DOI: 10.55905/revconv.16n.8-287. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/1490> Acesso em: 20 mar. 2025.

FERREIRA, Windyz B. **Entendendo A Discriminação Contra Estudantes Com Deficiência Na Escola in Tornar a educação inclusiva**. Organizado por Osmar Fávero; Windyz Ferreira; Timothy Ireland; Débora Barreiros. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, p.220, Brasília, 2009. ISBN: 978-85-7652-090-0 Disponível em: http://sid.usal.es/idocs/F8/FDO23183/tornar_educa%C3%A7ao_inclusiva.pdf#page=24 Acesso em: 20 mar. 2025.

GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes; LIMA, Vanessa Karla Mota de Souza. O Hijab é “Mais Que Um Pano Na Cabeça” - Aportes Antropológicos Sobre a Agência De Mulheres Muçulmanas Nos Usos Do Véu Islâmico No Nordeste Do Brasil. **Vivência: Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 1, n. 62, 2023. DOI: 10.21680/2238-6009.2023v1n62ID31271. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/31271> Acesso em: 20 mar. 2025.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação permanente do professorado: novas tendências**. Título original: Nuevas tendencias en la formación permanente del professorado. [livro eletrônico]. Cortez, tradução de Sandra Trabucco Valenzuela, ePub, São Paulo, 2022. ISBN 978-65-5555-254-6

KUBASKI, Cristiane; MORAES, Violeta Porto. **O bilinguismo como proposta educacional para crianças surdas**. In: Congresso Nacional de Educação; EDUCERE-III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, Curitiba, PR Brasil. 2009. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/artigos_edespecial/biliguism_o.pdf Acesso em: 20 mar. 2025.

LIMA, Maria Liviane do Nascimento; OLIVEIRA, Evaldo Ribeiro. Descolonização Dos Currículos: Racismo e Representatividade Nas Escolas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades: Ciências e Educação**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 181-194, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i1.17769. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/17769> Acesso em: 20 mar. 2025.

LOPES, Pedro Borba. Educação Inclusiva: Princípios, Desafios E Práticas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**: [S. l.], v. 11, n. 1, p. 2797-2800, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i1.18025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/18025> Acesso em: 20 mar. 2025.

MEFANO, Vania; LOPES, Marina Maldonado Marins; VERMELHO, Sonia Cristina Soares Dias. Inclusão e violência escolar: contribuições de um estudo empírico no Rio de Janeiro. **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade**, v. 32, n. 69, p. 167-186, 2023. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/faeaba/v32n69/2358-0194-faeaba-32-69-0167.pdf> Acesso em: 20 mar. 2025.

MELO, Luciana Bezerra de; DEMEKHIN, Eugene. A Influência Das Religiões Na Construção Dos Hábitos Alimentares: Cabe Ao Nutricionista Questioná-La? **Revista Cinética Cognitionis**: DOI 10.38087/2595.8801.170, v. 5 n. 2, p.290-300, 2022.

Disponível em: <https://revista.cognitioniss.org/index.php/cogn/article/view/114/109>
Acesso em: 20 mar. 2025.

MENESES, Branca Maria de; DE AQUINO SOUZA, Rejane; DE SOUSA MATOS DE ALBUQUERQUE, Rayane; DA SILVA AMORIM, Manuela. Violência escolar, preconceito e educação inclusiva. **Revista Eletrônica de Educação**: [S. l.], v. 18, n. 1, p. e5596115, 2024. DOI: 10.14244/reveduc.v18i1.5596.

Disponível em: <https://reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/5596>
Acesso em: 20 mar. 2025.

MOREIRA, Adilson José. **Letramento racial**: uma proposta de reconstrução da democracia brasileira. Editora Contracorrente: 1. ed., São Paulo, 2024. ISBN 978-65-5396-177-7

NETA, Olívia Dionísia Nascimento; PEREIRA, Sabrina Gabriela dos Santos; MÉLO, Amanda Amorim de. Os Desafios Da Prática Pedagógica Do Professor De Apoio Na Inclusão Da Criança Na Educação Infantil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**: [S. l.], v.10, n. 12, p. 2153-2170, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i12.17424.

Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/17424>. Acesso em: 20 mar. 2025.

NETO, Eduardo RUEDA. **Memoriais de Javé**: Uma Descrição Resumida de Símbolos e Festividades do Judaísmo. Epitaya E-books, [S. l.], v. 1, n. 20, p. 100-114, 2022. DOI: 10.47879/ed.ep.2022595p100.

Disponível em: <https://portal.epitaya.com.br/index.php/ebooks/article/view/557> Acesso em: 20 mar. 2025.

PATRÍCIO, Vanessa Angélica. Cyberbullying: Realidade Ou Exagero? Escola E Família Para O Combate A Essa Prática. **Revista Educação**, UNG-Ser - ISSN 1980-6469, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 45-52, 2020. DOI: 10.33947/1980-6469-v15n1-4006. Disponível em:

<https://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/view/4006> Acesso em: 20 mar. 2025.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. **Aquisição da língua portuguesa escrita por crianças surdas**. Anais do Simpósio Internacional de Ensino da Língua Portuguesa. Anais do SIELP, v. 1, n. 1, p. 610-617, 2011.

Disponível em:

https://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wpcontent/uploads/2014/06/volume_1_artigo_066.pdf Acesso em: 20 mar. 2025.

RIOS, Noemi Vieira de Freitas; NOVAES, Beatriz Cavalcanti de A. Caiuby. O processo de inclusão de crianças com deficiência auditiva na escola regular: vivências de professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 15, n. 01, p. 81-98, 2009. Disponível em:

<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v15n01/v15n01a07.pdf> Acesso em: 20 mar. 2025.

SILVA, Fagner Veloso da; ESTRELA, Karla Alexandra Dantas Freitas; MIRANDA, Gislayne Aparecida Barbosa. Os Fenômenos Religiosos Como Expressão Da Dimensão Cultural Do Ser Humano: Contribuições Do Ensino Religioso No Ambiente Escolar. **Rein - Revista Educação Inclusiva**, v. 6, n. 4, Campina Grande, Brasil, 2022. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REIN/article/view/608>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SIMPLÍCIO, Andressa Asevedo; SILVA, Lohana Motta da; CUNHA, Susana Medeiros. Dificuldade De Aprendizagem No Contexto Escolar. **Trajetória Multicursos**, E-ISSN 2178-4485, v. 16, n. 2, 2023. Disponível em: <https://cientifica.cnec.br/index.php/trajetoria-multicursos/article/view/335/336> Acesso em: 20 mar. 2025.

SZYMANSKI, Heloisa. Práticas educativas familiares: a família como foco de atenção psicoeducacional. **Estudos de Psicologia**: (Campinas), v. 21, n. 2, p. 5-16, maio, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/GsMP7wfNk5Xc9dsKGQwYCZK/> Acesso em: 20 mar. 2025.

VIEIRA, Adrieli A; ADRIANO, Ana Beatriz; SILVA, Laini A.; PAULA, Nathália V. C. de; SANTOS, Ramon de Freitas; SANTOS, Juliana C. dos. **TEA, TDAH E TDA: uma visão no ambiente escolar**. 15ª JORNADA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO IFSULDEMINAS, Educação: Ética, Direitos humanos / Educação especial e Inclusão JORNADA, v. 15, n. 2, 2023. Disponível em: <https://josif.ifsuldeminas.edu.br/ojs/index.php/anais/article/view/1292> Acesso em: 20 mar. 2025.

VIEIRA, Ingrid Câmara Luiz. A Intolerância Religiosa Como Elemento Norteador Do Ensino Da Cultura Afro-Brasileira Na Escola. **Unitas**, Número Especial Sete Anos, v. 5, n. 2, 2017. Disponível em: <https://revista.fuv.edu.br/index.php/unitas/article/view/572> ISSN 2358-3037 Acesso em: 20 mar. 2025.